



MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *

<https://orcid.org/0000-0002-0613-6764>

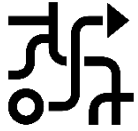
RESUMO: Em meados de 1801 houve um conflito por disputas territoriais e políticas que envolveu indígenas, súditos espanhóis e portugueses na região de fronteira entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o Vice-reino do Prata. Após uma série de tratativas e desavenças em torno do direito de posse sobre súditos, território e bens, sete dos trinta povos de indígenas guaranis das missões foram conquistados para e não pela Coroa portuguesa. Apesar dos (re)conhecimentos historiográficos relativamente recentes que muitos indígenas estiveram envolvidos no conflito, nem todas as análises têm sido capazes de dimensionar adequadamente o peso da sua atuação no processo de anexação do território missioneiro aos domínios portugueses e os significados da incorporação de sua gente e do uso de seus bens e conhecimentos durante o evento.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Missioneiros; Conquista de 1801; protagonismo; fronteiras.

ABSTRACT: In mid-1801, there was a conflict arose over territorial and political disputes involving indigenous peoples, Spanish subjects, and Portuguese in the border region between the captaincy of Rio Grande de São Pedro and the Viceroyalty of the Río de la Plata. After a series of negotiations and disagreements regarding the right of possession over subjects, territory, and goods, seven of the thirty Guarani indigenous peoples of the missions were conquered for, and not by, the Portuguese Crown. Despite relatively recent historiographical (re)cognitions that many indigenous peoples were involved in the conflict, not all analyses have been able to adequately assess the weight of their role in the process of annexing the missionary territory to Portuguese domains, nor the significance of the incorporation of their people and the use of their goods and knowledge during the event.

KEYWORDS: Missionary Peoples; Conquest of 1801; protagonism; borders.

*Profª. Dra. em História pela Unicamp, mestra, licenciada e bacharela em História pela UFRGS. Profa Adjunta da Universidade de Pernambuco UPE. Membro do GT Povos Indígenas na História ANPUH PE, do Grupo de Pesquisa IHMA e Observatório dos Sertões.



INTRODUÇÃO

Em meados de 1801 houve um conflito por disputas territoriais e políticas que envolveu indígenas, súditos espanhóis e portugueses na região de fronteira entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o Vice-reino do Prata. Após uma série de tratativas e desavenças em torno do direito de posse sobre súditos, território e bens, sete dos trinta povos de indígenas guaranis das missões foram conquistados para a Coroa portuguesa. Cabe destacar que os povos guarani-missioneiros foram estabelecidos em um extenso território que hoje abrange parte da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Eles foram divididos em aldeias e fazendas chamadas *30 Pueblos de Misiones*, administradas por guaranis e jesuítas desde o século XVII. As missões foram mais tarde divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago. Esta área fronteiriça foi disputada entre jesuítas, as Coroas ibéricas e os indígenas durante séculos. Ao longo da segunda metade do século XVIII, medidas administrativas importantes envolvendo os 30 Povos foram postas em práticas pelas monarquias ibéricas, que atravessavam fortes crises econômicas e políticas e precisavam do trabalho, dos bens e dos recursos naturais das terras missioneiras.

Mas, voltando ao conflito de 1801, a capitania mais do que dobrou de tamanho, já que o território missioneiro era maior do que suas dimensões na época (SILVEIRA, 1979, p. 66). Além disso, conseguiu aumentar em aproximadamente 28% o número de seus súditos. Ao mesmo tempo, os subtraía da Espanha num contexto marcado por políticas expansionistas, onde possuir mais vassallos fazia a diferença (GARCIA, 2013, p. 177). Tomando-se como base mapas dos habitantes da capitania do Rio Grande nos anos de 1798 e 1802, o número de indígenas aumentou 44% após o ano da ‘conquista’ (SANTOS, 1984, p. 35). Estima-se que havia nos sete povos 14.000 almas em 1801¹.

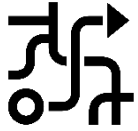
¹ De acordo com um documento supostamente escrito por Francisco João Roscio – suposição esta que consta no registro – “os povos que se sujeitaram são os seguintes: São Miguel, que tem 1900 almas; São João, 1600; São Lourenço, 900; Santo Ângelo, 1960; São Luís, 2350; São Nicolau, 3970; São Borja, 1300; - 13.950”. BNRJ. *Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional*. [c. 1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares, microfilme 28. Dados apresentados também por PINHEIRO, J. F. F. **Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul**.



Apesar de esclarecer que muitos indígenas estiveram envolvidos no conflito, todos esses dados quantitativos, por si só, não são capazes de dimensionar o peso da sua atuação no processo de anexação do território missioneiro aos domínios portugueses e os significados da incorporação de sua gente e do uso de seus bens e conhecimentos durante o evento. Afinal de contas, como e por que um contingente populacional considerável como este teria passado a integrar os domínios portugueses? Até pouco tempo atrás, respostas para questões como esta foram absolutamente excludentes no que diz respeito à participação ativa dos indígenas (DOCCA, 1954; VELLINHO, 1970). O problema é maximizado quando serve para suscitar reflexões sobre como o olhar para as fontes históricas sobre o evento de 1801 foi tantas vezes capaz de analisá-las sem enxergar a importância das ações indígenas. A consequência da exclusão é drástica: histórias sobre a formação social dos espaços fronteiriços incompletas e irreais.

Felizmente, há estudos que privilegiam esse aspecto fundamental do evento. São poucos e apenas recentes, mas são contribuições inovadoras e abrem caminho para narrativas mais atentas aos sujeitos indígenas que atuaram na formação social do espaço em questão. Em seu livro que pode ser considerado pioneiro no estudo das políticas indígenas e indigenistas no extremo sul da América portuguesa, Elisa Garcia escreve um capítulo sobre a “conquista definitiva dos Sete Povos das Missões – 1801”. Nele, a autora revê o entendimento sobre a suposta singularidade do evento, bem como sobre o papel dos missioneiros na conquista. Para ela, “eles tiveram, sem dúvida, uma participação relevante na conquista e sem sua colaboração ela não teria sido possível” (GARCIA, 2013, p.179). A partir do enfoque na produção historiográfica brasileira, Elisa Garcia avalia que “a conquista das missões nunca foi objeto de um trabalho específico de monta, sendo geralmente abordada em artigos ou em capítulos de livros que tratavam mais amplamente da história do Rio Grande do Sul ou do Brasil” (GARCIA, 2013, p.174). Ao analisar escritos de Manoel Aires de Casal, Francisco

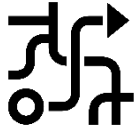
Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.], p. 157; CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1956], p. 217. Há menções sobre totalizarem 22.000 os habitantes dos povos em 1801, entretanto, o dado mais aceito e usado é 14.000. As cifras apresentadas neste parágrafo tomaram por base o número de 14.000.



Varnhagen, Capistrano de Abreu, entre outros historiadores tradicionais - cuja discussão não será aqui retomada de forma exaustiva -, Garcia ressalta que, nesses trabalhos, era recorrente a ênfase no caráter específico do evento por ter sido entabulado por particulares, e não pelo exército regular, sob ordem e supervisão do governo colonial. A autora enfatiza que, embora algumas das análises historiográficas tradicionais tenham reconhecido a participação das autoridades coloniais no planejamento do ataque aos sete povos, os mesmos autores acabam por reiterar sua especificidade ao ter sido empreendido por particulares (GARCIA, 2013, p. 173-180).

Em linha oposta à desses autores, para compreender a conquista das missões, ela enfoca dois aspectos: primeiro, a relação entre os representantes locais do poder régio e os particulares, tomando a “conquista como um empreendimento misto, semelhante a outros processos de expansão territorial ocorridos durante a época colonial” (GARCIA, 2009, p.178); segundo, as condições em que os indígenas fizeram a escolha pela administração portuguesa à espanhola, bem como o que ela teve de coercitiva. Sem contrapor poder público e privado, ela considera que é preciso contextualizar as informações dos “conquistadores” presentes nas fontes como um discurso característico do Antigo Regime. Do mesmo modo, chama atenção para a necessidade de contextualização do posicionamento dos indígenas pontuando que, de modo distinto das autoridades coloniais e dos particulares, “as populações indígenas estavam inseridas na lógica das reciprocidades” (GARCIA, 2009, p. 216).

Outra pesquisa recente que também inclui as ações indígenas num período de definição de fronteiras é a de Max Ribeiro. Seu estudo aborda situações vividas pelos índios entre 1801 e 1834 no espaço territorial das Missões e no Rio Grande de São Pedro. Entre outros aspectos, Ribeiro privilegia a análise de formas de organização social indígena por meio de intrincadas redes de compadrio, evidenciando “que os guaranis não foram agentes passivos durante e depois da conquista de 1801” (RIBEIRO, 2013, p. 22). Esta pesquisa também pode ser considerada inovadora em relação ao uso de fontes quantitativas para analisar “estratégias adotadas pelos guaranis das Missões após a conquista luso-brasileira” (RIBEIRO, 2013, p. 22). O foco recai sobre o período posterior a 1801, mas o autor não deixa de cotejar o conflito a partir da ação dos indígenas.



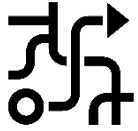
Talvez, com uma proposta interpretativa distinta e alinhada à deste artigo², Alfredo Ranzan demonstra como o uso da escrita foi importante na elaboração das estratégias indígenas no período entre a expulsão dos jesuítas da América espanhola e a anexação dos sete povos pela Coroa portuguesa. Especificamente sobre o conflito de 1801, e através da análise de um compêndio documental amplo e pouco explorado pela bibliografia histórica brasileira para analisar assuntos correlatos, ele considera que:

(...) as fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises contemporâneas que foram apresentadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, **a hipótese de os indígenas terem tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes**, a partir de uma visão que atribui esta atitude à agência e iniciativa indígena. (RANZAN, 2015, p. 177, grifo meu).

Antes dessas pesquisas mais recentes, no mais das vezes, as chaves de leitura para entender a “conquista” de 1801 foram simplificadoras de uma realidade social pouco conhecida. A maior parte da historiografia produzida sobre as missões ou mesmo sobre o tema da definição de limites territoriais do Brasil relacionou o conflito de 1801 apenas às disputas políticas e expansionistas entre as Coroas ibéricas e frequentemente interpretou a anexação dos sete povos a Portugal a partir de três eixos: a declaração de guerra da Espanha a Portugal em 1801; o consentimento das autoridades coloniais do Continente de São Pedro para que “particulares” invadissem as missões; e o sucesso da iniciativa de particulares. Esses eixos interpretativos não são excludentes entre si, e pode-se encontrar variações deles na análise de um mesmo autor. Mas em todas as suas vertentes explicativas, a presença e as atividades dos indígenas, quando aparecem, figuram como se fossem de caráter complementar. Assim, ao longo de décadas anteriores aos anos 2000, houve pouca ou nenhuma preocupação em perceber as ações indígenas como importantes para o evento que resultou na anexação dos sete povos ao território da capitania do Rio Grande³.

² O autor consultou documentações nos arquivos nacionais do Chile e da Argentina e as usou na pesquisa para “*pensar na história do nosso estado e do país, e sua consolidação de fronteira*”, algo raro na abordagem de temas relacionados à história indígena no Brasil. RANZAN, 2015, p. 182.

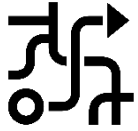
³ Como bem esclarece Elisa Garcia, Varnhagen valorizou o aspecto da incorporação de terras ao ‘Brasil’ como consequência da vantagem dos conflitos entre França e Portugal



Objetivando “demonstrar a integração do guarani missioneiro na economia sul-rio-grandense, suas atividades produtivas e as relações de produção sob a qual foi integrado” (MENZ, 2001, p. 16), a pesquisa de Maximiliano Menz é uma contribuição relevante por ter se preocupado com as histórias dos guaranis missioneiros num período pouco estudado pela historiografia, sobretudo por incluir em seu recorte temporal anos posteriores a 1822, quando se iniciou o processo de emancipação do Brasil, após a declaração de independência. Outro diferencial é a atenção dada ao aspecto produtivo do trabalho indígena, muitas vezes negligenciado no período pós-jesuítico.

O livro de Fernando Camargo, originalmente uma tese de doutorado, foi publicado em 2001 e, nesta altura do texto, é relevante sublinhar seu destaque em nossa análise interpretativa. A referida pesquisa possui embasamento documental para demonstrar o quanto as ações dos indígenas foram decisivas para o desfecho

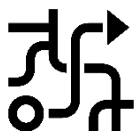
(VARNHAGEN, 1956, p. 29; GARCIA, 2013, p. 174). Capistrano de Abreu, num conjunto de ensaios e contribuições resumidas sobre *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, escreve um único parágrafo sobre o evento, relacionando-o a dois dos eixos mencionados anteriormente, aos conflitos entre Portugal e Espanha em torno da questão de demarcação de limites, em 1801, e à iniciativa particular de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso de se ‘atirarem’ contra os sete povos. Enalteceu os particulares e atribuiu o motivo do sucesso às suas ações: “*foram, viram, venceram*” (ABREU, 1975, p. 82). Outros conhecidos expoentes da historiografia regional tradicional, como Aurélio Porto e Emilio de Souza Docca, questionaram a ênfase à iniciativa particular e ofereceram uma alternativa interpretativa que responsabilizava as políticas indigenistas da Espanha, ao mesmo tempo em que seguiam conferindo a Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso o protagonismo da “*conquista*”, sem que isso se apresentasse, necessariamente, como contradição ou ambiguidade. No ponto de vista de ambos os historiadores, a má gestão das políticas estabelecidas com os indígenas pelos espanhóis não desmerece a ‘bravura’ e ‘impetuosidade’ dos aventureiros (PORTO; 1943; DOCCA, 1954). Neste tipo de interpretação, os indígenas agem como se todas as suas atitudes fossem derivadas do agrado ou desagrado causado pelas políticas e alianças propostas por portugueses ou espanhóis, e não por motivações e iniciativas próprias. Guilhermino César e Moysés Vellinho discordaram no tocante à incorporação da gente missioneira. Enquanto o primeiro se preocupou em expor dados sobre a quantidade de habitantes nos povos e ponderou que a ‘miscigenação’ foi “*fator atuante com que contou o Brasil para apossar-se dessa região*” (CESAR, 1970, p. 220); o segundo remeteu a ‘ruína’ dos povos missioneiros à ação dos espanhóis e eximiu os portugueses da responsabilidade de não haver sobrado mais do que “*restos de gente (...) [sem] condições de receber nem transmitir qualquer tipo de influência*” (VELLINHO, 1970, p. 94). Porém, assentiram, cada um a seu modo, que os índios foram passivamente dominados pelos portugueses. Para Guilhermino César, através da miscigenação a “*feição portuguesa veio a prevalecer nas Missões*” haja vista que “*o que lá se passou, antes de 1801, não pertence à História do Rio Grande*” (TORRES, 1994, p. 57). Nesse sentido, a interpretação de Moysés Vellinho também opera através da invenção do que ele chamou de “*histórias de subterrâneos*”, um passado destruído com a criação de uma nova experiência a partir de 1801.



do evento. Apesar disso, a análise e a realidade ficaram comprometidas ao considerar que José Borges do Canto, um “suposto líder” do ataque às posições espanholas nas Missões, reunido com “gente da sua laia e mais uns poucos homens de bem”, empreenderam um “ato de maloqueiros, bandoleiros”⁴. Ao generalizar as atividades e as motivações de diversas personagens que participaram do conflito, afirmou que “os principais protagonistas da conquista de 1801 tinham o contrabando por atividade principal” (CAMARGO, 2001, p. 77). Quanto aos indígenas, “sua sina seria optar por uma entre duas soluções violentas: aculturação e sujeição humilde ou extermínio” (CAMARGO, 2001, p. 186-187). De todo modo, o historiador transcreveu e publicou como apêndice de seu livro parte de um interessante processo criminal sobre a perda do território missioneiro, instaurado em Buenos Aires em 1802 e concluído em 1807. No apêndice documental, as atuações dos indígenas aparecem de maneira renitente, mas não ecoaram em sua interpretação historiográfica.

Antes de aprofundar a análise sobre uma parte específica e inédita do referido processo criminal, finalizo esta parte acerca do balanço sobre os indígenas na “conquista” de 1801 e as fronteiras em movimento, indicando que há equívocos nas análises mais tradicionais sobre o conflito. Um dos mais graves, no meu aval, é considerar a participação dos indígenas como de caráter apenas permissivo e/ou passivo. Para alguns autores, a tomada das missões foi uma empresa fácil tão somente porque os indígenas não se opuseram à alternativa de se aliar aos portugueses. Ainda que as condições de escolha tenham sido precárias, o problema desse tipo de interpretação não é apenas diminuir a importância da participação indígena no conflito; mas considerar os indígenas que habitaram e circularam pelos sete povos como um conjunto homogêneo de pessoas, que pensaram todos da mesma forma, escolheram os mesmos inimigos e aliados, e chegaram a uma única resposta diante dos acontecimentos. Nesta mesma via que trafega na contramão da história, está o carro-chefe de uma estratégia narrativa bastante conhecida, que conduz à vitimização dos indígenas e, concomitantemente, à heroicização de agentes não-indígenas, quais sejam, autoridades portuguesas, espanholas e particulares de ambos os domínios.

⁴ CAMARGO, F. **O Málon de 1801**: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001, p. 13. O grifo do primeiro trecho é meu.

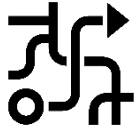


Pesquisas inovadoras têm avançado na análise do conflito nos últimos 20 anos, destacando as ações dos indígenas como importantes para os rumos e o desfecho do conflito. Tais pesquisas circulam tanto através de livros quanto de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em comum, elas parecem apontar articulações importantes entre as agências indígenas e as histórias dos impérios ibéricos (QUARLERI, 2009; WILDE, 2009; SARREAL, 2014; NEUMANN, 2015). Ponto de destaque talvez seja a percepção de tais agências para além das dimensões simbólicas das alianças (GARCIA, 2022, p. 113). Na visão de Rafael Burd, por exemplo, as mudanças ocasionadas pelas reformas borbônicas em 1786, a liberação dos missionários do regime de comunidade em 1800, o aumento da carga de trabalho para os indígenas e o abuso das autoridades espanholas afetaram os princípios da lógica da reciprocidade (BURD, 2019, p. 17, 35 e 53).

Na interpretação que propomos sobre o conflito de 1801, as relações sociais que os indígenas estabeleceram conectam as histórias entre uma banda e outra do rio Uruguai. Suas experiências se apresentam como elos interessantes para entender as mudanças dos tempos coloniais para os tempos 'imperiais' no caso do Brasil, e 'republicanos' para o caso da Argentina e do Uruguai. Além disso, acreditamos que novas alternativas de interpretação historiográfica ganham força quando reconhecem que as histórias indígenas possuem relevância para compreender processos sociais cujas fronteiras se estendem para além dos limites coloniais e nacionais (MONTEIRO, 2001). As análises que continuam colocando as histórias indígenas em segundo plano, entretanto, não mais se sustentam com as novas informações que a cada dia são descobertas nos arquivos e com outras leituras das fontes já conhecidas.

INDÍGENAS COMO PROTAGONISTAS: REDIMENSIONANDO OS PAPÉIS NO CONFLITO DE 1801

Quando, meses depois de deflagrada a guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal na Europa, a notícia chegou à capitania do Rio Grande, uma das primeiras providências tomadas pelo então governador do Continente foi convocar os desertores do exército regular para a guerra que poderia ocorrer naquelas fronteiras da América. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara lançou editais

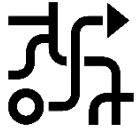


determinando o reconhecimento dos espanhóis como inimigos e oferecendo perdão aos desertores que se apresentassem⁵. A notícia sobre a guerra na Europa gerou expectativas entre pessoas de vários setores sociais na capitania. Os riscos e as oportunidades em situações de guerra eram diversos, sobretudo em espaços fronteiriços. Desertores tinham a oportunidade de legalizar sua situação de foragidos, particulares e fazendeiros podiam perder seus rebanhos (o governo podia confiscá-los ou tomá-los por empréstimo para abastecer as forças militares) ou ampliá-los através do contrabando (já que havia menos controle durante conflitos). Militares podiam adquirir melhores cargos e patentes, e mesmo propriedades de terra se houvesse bom desempenho em suas atividades. Por outro lado, havia o risco de perderem suas vidas no conflito. Para além dessas variáveis, a guerra na Europa pode ter se apresentado para os habitantes da capitania como uma oportunidade de obter vantagens diante de um quadro de indefinição territorial, política e jurisdicional, além das implicações que causavam às populações indígenas.

Entre julho e agosto de 1801, num plano executado por indígenas, particulares e oficiais do governo, tomaram parte José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manuel dos Santos Pedroso. Esse conjunto de pessoas – indígenas, particulares e oficiais do governo – com interesses diversos, levou a efeito um empreendimento que conquistou gente, terra, gado e outros bens, além de patentes militares, títulos de nobreza e sesmarias⁶. Não obstante o conjunto das ações de todos esses sujeitos ter contribuído para o desfecho do conflito com a ‘conquista’ do território missioneiro para Portugal, os feitos dos três últimos foram, durante muito tempo, mais enfatizados e valorizados pela historiografia. Como vimos, em grande parte das análises, a anexação dos sete povos foi vista como um empreendimento levado a

⁵ BNRJ. **Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801**, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [ca.1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares. Microfilme 28.

⁶ Patrício José Corrêa da Câmara, por exemplo, era tenente-coronel e comandava a fronteira de Rio Pardo em 1801. Mais tarde, atuou na guerra Cisplatina e na guerra contra Artigas. Chegou ao posto de general e, em 1825, recebeu o título de visconde de Pelotas. Foi, ainda, presidente da Província de São Pedro em 1846. Borges do Canto recebeu uma sesmaria no vale do Camaquã e a patente de capitão. Gabriel Ribeiro foi promovido a tenente de milícias. Manoel Pedroso alcançou o posto de tenente-coronel. (CESAR, 1969, p. 191, 194 e 196).



cabo por particulares. Mesmo quando houve o entendimento de que autoridades do poder colonial deram o passo inicial ao convocar a guerra, conceder permissão para atacar o inimigo e oferecer perdão aos desertores que estivessem dispostos a integrar as milícias; eles permaneceram sendo vistos como principais responsáveis pela conquista. O sucesso da empreitada costuma ser atribuído à sua “afoiteza e entusiasmo” (PINHEIRO, 1978, p. 139) e não aos interesses que todas as partes tinham em vista.

Entretanto, consideramos que tão importante quanto avaliar se a anexação dos sete povos se tratou de um empreendimento do governo, de particulares, ou de ambos, é redimensionar os papéis dos indígenas nessa história. E, neste caso, analisar privilegiando as atuações indígenas não significa diminuir a importância das ações dos demais envolvidos. Sem repisar as interpretações feitas por vários autores sobre relatos produzidos por Canto, Gabriel e Maneco, a forma como Manuel Pedroso era chamado nas fontes, ofereço aos leitores, de maneira sucinta, dois aspectos observados no cruzamento com outros dados. Um é o caráter de autoridade que os discursos adquiriram através da repetição de certas afirmações. Outro são os desafios e questões impostos pelas ações dos índios e as tentativas dos autores dos registros de superá-los através dos discursos. Tais questões e desafios estiveram relacionados à crença na superioridade dos luso-brasileiros e à, contraditória e simultânea, consciência e percepção prática sobre a necessidade da adesão dos indígenas aos planos do governo da capitania para que eles pudessem dar certo. Estas incongruências não escaparam à lógica dos discursos escritos. Através delas, das incongruências, os discursos acabam por evidenciar a importância da atuação e das iniciativas indígenas para que os sete povos se tornassem parte dos domínios portugueses.

No calor do momento, Canto escreveu dando notícias ao comandante Francisco Barreto sobre a “conquista” do departamento de São Miguel, que recentemente havia se iniciado. Segundo ele, Deus foi “servido mandar trezentos índios que havia e vieram à minha presença e levantaram a voz – viva El Rey de Portugal” e como “estava com tão boa gente e mais indiada, quis experimentar



aventura”⁷. De qualquer forma, o que importa é que tanto nas cartas que enviou às autoridades portuguesas durante aqueles dias, quanto no relato escrito nove meses depois, ele atestou que além de suas pessoas, os indígenas providenciaram cavalos, mantimentos e informações com os quais ele pôde seguir adiante com os planos. Mas quem eram aqueles trezentos índios que acampavam a pouca distância de São Miguel? De onde teriam vindo? Como e por que se aliaram a Canto e Gabriel? Eram mesmo trezentos? Como aconteceu o ataque e a “conquista” da capital dos povos do departamento de São Miguel?

A leitura do apêndice documental do livro de Fernando Camargo, intitulado *O Malón de 1801*⁸, citado anteriormente, possibilita fazer uma constatação. O processo movido por autoridades do vice-reino do Prata sobre a perda dos sete povos podia lançar novas luzes sobre os significados da participação indígena no estabelecimento das fronteiras territoriais platinas no início do Oitocentos. O autor informou que no anexo de seu livro constavam apenas partes de um processo. Na verdade, três processos, e não apenas um, foram movidos. Em seu conjunto, os documentos colocados à disposição do vice-rei do Prata em junho de 1808, foram organizados da seguinte maneira pelas autoridades coloniais responsáveis:

- 1- Processo formado sobre a perda dos povos do departamento de São Miguel contra seu tenente governador, D. Francisco Rodrigo e consta de seis cadernos.
 - 2- Outro formado sobre a perda do povo de São Francisco de Borja no departamento de Yapejú contra seu tenente governador, o tenente coronel de milícias Dom Francisco Bermudes e consta de dois cadernos.
 - 3- Outro sobre não haver reconquistado ditos povos contra o coronel dom Joaquim de Sória e os tenentes governadores D. Francisco Bermudez, Dom Pedro Antônio Duran e D. Feliciano del Corte e consta de dois cadernos.
 - 4- Uma sumária formada contra o capitão de milícias D. José Aragon sobre haver passado ao território antigo de Portugal em tempo da última guerra e consta de um caderno.
- Mais outros três cadernos, que dois deles contém vários ofícios relativos a estas causas, e o restante documentos que em sua declaração apresentou o tenente coronel de milícias Dom Gonzalo de Doblas. (AGNA. Sala IX, 04-04-01. Buenos Aires, 01 de junho de 1808).

Isso significa que existem muitas outras informações que podem ajudar a esclarecer outros aspectos sobre a participação dos indígenas no conflito,

⁷ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

⁸ CAMARGO, 2001, p. 255-309. No apêndice, Camargo não remete a localização correta do fundo. O correto é: AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



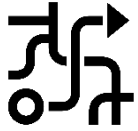
especialmente, os trezentos que foram à presença de Canto. Mas, na prática, do conjunto mencionado de catorze cadernos, apenas um foi localizado⁹. Sabemos que a incompletude é “um terreno familiar para aqueles que estudam o passado. Para cada texto que sobrevive para olharmos detidamente e escutarmos, incontáveis palavras e páginas foram perdidas.” (BROWN; VIBERT, 2003, p. 21). Mesmo assim, quando sobrevivem, como no caso das memórias escritas por Canto, Gabriel e Maneco, alguns textos podem se tornar referências absolutas e praticamente inquestionáveis através das impressões coevas que as endossaram e das análises posteriores que, de modo pouco crítico, as invocaram constantemente. E assim, “os textos adquirem autoridade pela virtude da repetição” (BROWN; VIBERT, 2003, p. 21). Ou seja, no completo desaparecimento ou no aparecimento reiterado, as palavras perdidas podem comprometer as análises historiográficas tanto quanto as palavras indevidamente repetidas.

O caderno que localizamos é o sexto, do processo 1. Trata-se dos depoimentos dos alferes D. Leandro Herrera, do cirurgião D. Bartolomeu Gonzáles, dos soldados Gabriel de Bastos, Rafael Calderon e do alcaide D. Fernando Manchan. Foram colhidos em Buenos Aires, em abril de 1807¹⁰. Ao que tudo indica, mais de vinte e sete testemunhas foram arroladas no processo, que na época, foi feito mesmo com a confusão provocada pelas invasões britânicas entre 1806 e 1807, quando autoridades do vice-reino do Prata deram andamento ao processo movido contra D. Francisco Rodrigo, governador de São Miguel, pela perda dos povos daquele departamento.

D. Leandro Herrera, o primeiro dos inquiridos, se encontrava no povo de Candelária em 1801. Durante o conflito, servia sob as ordens do réu daquele processo, como alferes. De acordo com o seu testemunho, na tomada de São Miguel, os espanhóis parecem ter agido com certo descuido em relação aos seus aliados indígenas. Com a notícia da declaração de guerra publicada, Herrera recebeu ordens superiores de enviar soldados ao governador Francisco Rodrigo que estava no povo de São Luiz. Levou sessenta habitantes do povo de Candelária para lá, entre eles

⁹ As 30 páginas que faltavam à publicação de Camargo (2001), como ele assinalara, foram encontradas. Ainda assim, faltam algumas poucas páginas.

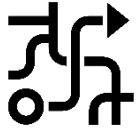
¹⁰ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



espanhóis e 'homens de castas', dos quais apenas vinte e sete foram consigo e o governador para São Miguel. Quando lá chegaram, o alferes "tomou o quartel com sua gente". A eles se uniram "mais de duzentos naturais do departamento de Santiago. E logo foram chegando outras partidas de naturais dos demais departamentos", totalizando "mais de trezentos índios" na capital dos povos, nas palavras de Herrera. Não é possível saber, através do depoimento de Herrera, quantos vieram voluntariamente ou quantos vieram mediante recrutamentos forçados ou negociações. De qualquer maneira, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra o ataque português. Foi sob tais circunstâncias que se montou um acampamento no lugar chamado Chunirevi, perto de São Miguel. Ou seja, com a chegada dos indígenas à capital do departamento, autoridades espanholas ergueram um acampamento para dar-lhes abrigo fora dela. Os próprios indígenas trabalharam e concluíram a obra. Antes disso, porém, houve sérios desentendimentos entre eles e algumas autoridades.

Na praça de São Miguel, os indígenas recém-chegados foram revistados. Eles traziam consigo mais de cem armas de fogo. Após a revista, as armas foram confiscadas e eles, escoltados por espanhóis e 'homens de casta' para trabalhar nas obras do acampamento, sob o comando do mestre da escola do povo de São Lourenço, D. José Manzuela Lascano. Ainda que seja difícil imaginar como os indígenas se sentiram, não se pode negar que os procedimentos das autoridades espanholas para com eles não foram adequados, sobretudo, quando seus auxílios eram indispensáveis para defender os povos, as terras e os bens missioneiros. Certamente, muitos deles pensavam defender os seus interesses, afinal habitavam os povos, atuavam na sua administração política e militar, efetuavam transações comerciais e negociavam com as autoridades coloniais sobre procedimentos de controle de entrada e saída de produtos, bens e pessoas daquelas terras. Estiveram envolvidos com as tentativas de definição de limites territoriais anteriores, o que indica que o tratamento dado aos indígenas pelo governador do departamento de São Miguel não era condizente às posições sociais e políticas que eles ocupavam¹¹.

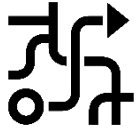
¹¹ Aqui é oportuno mencionar que os nomes das lideranças indígenas não são registrados no caderno seis do processo 1. AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10.



Visto sob outro ângulo, isso também nos mostra que nem todos os indígenas que participaram do conflito estiveram previamente decididos e prontos a auxiliar os portugueses em qualquer empresa que tentassem, como afirmou Borges do Canto. Alguns deles, antes de se aliarem a Borges do Canto e Gabriel Ribeiro, foram a São Miguel com o intuito de defendê-lo dos ataques portugueses. Outrossim, os povos eram onerados com despesas feitas pelas comissões espanholas e portuguesas e seus serviços eram constantemente solicitados para auxiliá-las. Aquele momento pode ter se apresentado como uma grande perspectiva de mudança, embora eles provavelmente soubessem que alianças estabelecidas com os portugueses não seriam necessariamente muito melhores do que as estabelecidas com os espanhóis. Em que se pesem todos os possíveis motivos e as circunstâncias para as decisões que eles tomaram durante o conflito, acreditamos que o longo tempo de convívio com diferentes agentes coloniais naquelas bandas – seus e dos seus antepassados – os possibilitasse agir de modo a não colocar seu futuro nas mãos de aliados portugueses ou espanhóis, mas conduzir o presente a seu próprio cargo.

Não bastasse o fato de revistá-los, desarmá-los e conduzi-los escoltados para trabalharem na obra de um acampamento fora do povo de São Miguel, segundo Herrera, o comandante da obra e mestre de escola Lazcano “feriu um índio, que lhe parece era cacique ou ao menos, possuía algum mando”. O governador mandou prender a liderança indígena e fez “o mesmo a umas índias que vieram chorando atrás do ferido”. O ferido era o capitão de uma ‘companhia de naturais’, segundo o testemunho de outro dos depoentes, Bartolomeu Gonzalez, cirurgião do terceiro batalhão fixo da Infantaria de Buenos Aires. Na época, ele se achava no departamento de São Miguel, servindo como cirurgião dos povos. Quando perguntado sobre o ferimento feito no rosto do capitão dos naturais com um sabre, pelo comandante do acampamento, Bartolomeu disse que ele mesmo tratou o ferimento, “um leve rasgo na cara”. Também foi inquirido sobre as medidas que o governador Francisco Rodrigo tomou “para evitar o resultado que podia ter naquelas circunstâncias este procedimento”¹², respondeu que não sabia. Ao que tudo indica, o governador não mediu as possíveis consequências de mandar prender os indígenas e a liderança

¹² AGNA. Buenos Aires. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Bartolomeu Gonzales. Grifos meus.



indígena, este último um capitão de milícias que, junto com seus seguidores e seguidoras, a princípio lhe prestava apoio. Já as autoridades encarregadas do processo, que naquele momento o tinham como réu, pareciam ter plena consciência sobre a necessidade de ter preservado a aliança com os indígenas para evitar a perda do território e dos povos missioneiros.

Três dias após iniciada e já concluída a obra do acampamento, Lazcano, os indígenas, os espanhóis que os escoltaram e outros foram surpreendidos por Canto, Gabriel e sua partida. O aviso prévio sobre a formação do acampamento e sua localização facilitou o ataque surpresa, onde segundo Canto, “fui feliz e me vi senhor de mais de trezentos índios”¹³. Ou seja, é muito provável que tenha sido através do apoio dos indígenas que acompanhavam o cacique e capitão de milícias que Canto empreendeu o ataque. Foi também nesta ocasião que Gabriel conversou com os indígenas em guarani e dividiu com eles os “modestos despojos” (CESAR, 1970, p. 200) das barracas dos espanhóis. No ataque, alguns espanhóis morreram e outros ficaram feridos. O mestre Lazcano fugiu. Nesta ocasião, os trezentos índios optaram por acompanhar Canto, mas não foram sozinhos. Levaram consigo a cavalcada da qual ficaram encarregados e o mestre fujão, que deram conta de achar “escondido num bosque, onde o maltrataram e, amarrado, o levaram para entregar ao comandante português”¹⁴.

O decisivo ataque surpresa ao acampamento de Chuniveri foi noturno. Na manhã seguinte, quando a notícia chegou ao povo de São Miguel, a reação do governador e seu ajudante foi agarrar “as cabeças, queixando-se que os índios, a cujo cargo estava a cavalcada, não apareciam com os cavalos”¹⁵. Numa demonstração de que não apenas cumpriram ordens ou atenderam pedidos de auxílio, os agora aliados de Borges do Canto participaram ativamente da elaboração e da execução dos planos para conquistar o povo de São Miguel,

se ofereceram os mesmos índios para tentarem com engano se abrisse o portão do colégio, a fim de segurarem dez peças pequenas de artilharia, e perto de duzentas espingardas, e demais armamentos, que havia no mesmo colégio, e podermos entrar ao sinal que nos fizessem, porém o tenente

¹³ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169.

¹⁴ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

¹⁵ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera.

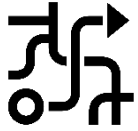


governador, desconfiado dos índios não os deixou entrar (CANTO, 1914, p. 55).

Quer dizer, ao passo que autoridades espanholas agiram demonstrando desconfiança, Canto e Gabriel concordaram em colocar em prática o subterfúgio proposto pelos indígenas para ter acesso às armas que estavam dentro do colégio. O plano foi enviar “um índio de pouca idade a pedir papel e tinteiro”¹⁶ enquanto os demais tentariam abrir o portão do colégio. Isso era conveniente ao ataque e aos indígenas que buscavam recuperar suas armas e garantir sua própria proteção durante os enfrentamentos, além de outros possíveis interesses. Como sua entrada não foi permitida, “depois do meio-dia se apresentaram na praça do povo os naturais, que estiveram em Chunirevi desarmados, mas levavam garrotes”. No colégio estavam as armas, o tenente governador, seus auxiliares e “os espanhóis (...) os quais eram em número de cento e cinco”. O governador acabou preso dentro do colégio, com as armas e espanhóis que, em sua grande maioria, mal sabiam manuseá-las. De acordo com Herrera, um artilheiro de brigada recentemente havia ensinado a eles a carregar artilharia e usá-la. Ele mesmo havia treinado sua partida, em menos de três dias, estimulando-os a acertar um alvo com prêmios que tirava do bolso.

A guarda de San Martin foi invadida por portugueses que “havam roubado as cavalhadas [n]aquelas missões” e acamparam na estância de São João Mirim. Ao mesmo tempo, o governador dos 30 povos, D. Joaquim de Sória, ordenou que “nos povos de seu departamento se formassem companhias de naturais e se juntassem os espanhóis empregados e povoadores”. O governador Francisco Rodrigo esperava, ainda, pelos auxílios mais imediatos do povo de Yapeyú, que julgou estar a caminho de São Miguel. Do povo de São Borja partiram as tentativas mais ostensivas de combate aos planos portugueses. Por isso, boa parte dos reforços disponibilizados pelo governo da capitania foi enviada para a fronteira sul. São Borja era o único dos sete povos da banda oriental do Uruguai que não integrava o departamento de São Miguel, fazia parte do departamento de Yapeyú. Na noite anterior à capitulação, espanhóis pediram auxílio aos guarani-missioneiros que ficaram no povo. Como a

¹⁶ AGNA. Sala IX, 35-1-3. **Tribunales**. Legajo 7. Expediente 10: Depoimento de Leandro Herrera. As próximas 2 citações são oriundas do depoimento de Leandro Herrera e as 3 subsequentes são do depoimento de Bartolomeu Gonzales.

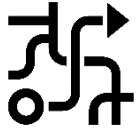


noite estava muito escura, Francisco Rodrigo “replicou que para os índios, e toda a gente do campo jamais impedia a escuridão para que conhecessem ainda que fosse uma palha”. Mas os reforços não vieram e a cavallhada não foi recuperada. No dia seguinte, portugueses e espanhóis apertaram as mãos, acordaram os termos e o governador capitulou.

Gabriel foi aos povos de São João, São Lourenço, Santo Ângelo e São Luiz. Comunicou-lhes em guarani a tomada de São Miguel, assistiu aos festejos, conversou com os curas, e “sempre falhava um dia em cada povo e o fazia por contentar o público” (CESAR, 1970, p. 202). Recolheu os estandartes dos povos e os entregou em mãos ao governador do Continente, Sebastião Xavier da Veiga Câmara. Em pouco tempo, chegaram aos povos autoridades para ocupar os cargos de governador interino e, depois, o de governador dos sete povos. Porém, Francisco Rodrigo ainda não estava na banda ocidental e a “conquista” ainda não havia sido reconhecida pelas autoridades superiores das Missões e de Buenos Aires.

Enquanto isso, em São Miguel, Canto já havia recebido “algumas vinte chaves de armazéns e de tudo que se pedir por boca, pois nunca cuidei que eram de tão grandes fábricas estes povos”¹⁷. Além disso, deixou que “fossem livremente para os seus respectivos povos os 300 índios do acampamento” e informou aos povos de São João e Santo Ângelo “que se deviam submeter à obediência de S.A.R., o que aceitaram sem repugnância” (CANTO, 1914, p. 56). Vieram reforços de Rio Grande e Rio Pardo, que foram manejados para vários postos e guardas na fronteira, onde os conflitos continuaram. De acordo com as memórias de Canto e Maneco, houve enfrentamentos nos passos da Cruz, do Tacuim, de São Lucas, Santo Isidoro, Santa Maria e São Marcos. No passo da Cruz, Canto relatou que tomou do inimigo 414 cavalos (CANTO, 1914, p. 58). No passo do Tacuim, o tenente Francisco Carvalho, um dos militares enviados à fronteira, “retomou os animais que levavam dos naturais, aos quais se tornaram a entregar” (CANTO, 1914, p. 59). No passo de Camaquã, Maneco relatou a debandada do inimigo, “deixando em nosso poder 500 animais entre cavalos e gado vacuum” (PEDROSO, 1914, p.65).

¹⁷ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, v. 13, p. 169v.

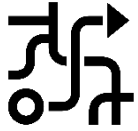
**CONCLUSÃO: INDÍGENAS E SUAS AÇÕES EM TEXTOS MULTIVOCALIS**

No juízo de Francisco Rodrigo, Canto e Gabriel foram considerados homens corretos e de bom procedimento¹⁸. Certamente, usaram o domínio de diversos códigos culturais naquela empreitada e demonstraram o uso de certas habilidades políticas. Seus modos de agir foram elogiados pelo tenente-governador do departamento de São Miguel e pelo governador da capitania do Rio Grande, Francisco Roscio. A conduta de Maneco, também foi valorizada por este último. Havia, como ressaltou Leandro Goya Fontella, “em meio a essa conjuntura de insatisfação indígena, homens que manejavam conteúdos e procedimentos da cultura de contato, como Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso”. (FONTELLA, 2021, p. 24). Há que se pesar, também, as ações dos protagonistas indígenas, que mais do que aceitar se aliar aos portugueses, proveram recursos e propuseram estratégias de negociação que direcionaram o desfecho do conflito. Afinal, muitos fatos e informações influenciaram na decisão dos espanhóis de capitular.

Os “mais de trezentos índios” vindos do departamento de Santiago e do Paraguai não iriam mais servir na defesa. Os cavalos que recentemente haviam chegado do povo de Concepción foram confiscados pelos indígenas. Uma parte das armas que estavam no colégio, não aquelas que lhes foram retiradas, mas as que eram de uso da comissão demarcadora de limites, estavam mofadas, de acordo com depoimento de Leandro Herrera. Talvez os espanhóis não devessem ter revistado os indígenas que, a princípio, vieram para auxiliar na defesa de São Miguel contra os portugueses. Tampouco deixá-los desarmados, acampados fora do povo, propensos a um ataque e desprevenidos para defender-se. Talvez o tenente-governador não devesse ter mandado prender a liderança e as indígenas. Mas, isto não se sabe. Sabe-se mesmo é que perderam aliados. E esses numerosos e importantes aliados poderiam ter frustrado as tentativas de Canto ou, justo o contrário, como fizeram.

Alguns dados são conflitantes e contraditórios, enaltecedores de alguns indivíduos, desmerecedores de outros, ou voltados a interesses específicos e

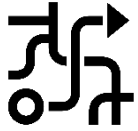
¹⁸ ANRJ. Secretaria do vice-reinado. Códice 104, vol. 13, p. 176.



particulares, mas em seu conjunto, as fontes analisadas revelam aspectos importantes e surpreendentemente pouco (re)conhecidos sobre o conflito de 1801. Os auxílios concedidos pelos indígenas, bem como seu aceite para as negociações para que tomassem parte naquela empreitada em todos os locais estratégicos por onde passaram no território missioneiro foram imprescindíveis para o desfecho do conflito. Não parece, de modo algum, que as pessoas, as informações, os animais e os demais bens que foram disponibilizados e ou usurpados durante a campanha tenham sido de segunda importância. Todavia, sem um olhar descolonizador das fontes históricas, os indígenas não aparecem nos relatos, depoimentos e correspondências como personagens principais, mas apenas como personagens secundários. Nesse sentido, é fundamental destacar alguns pontos que arrematam a costura das evidências apresentadas sobre as ações indígenas.

Embora políticas de bom tratamento fossem, às vezes, praticadas entre indígenas, espanhóis e portugueses, e, portanto, constituíssem meios para fazer políticas indígenas e indigenistas, não parece que os primeiros tenham resolvido se unir aos portugueses, por exemplo, em virtude do botim de guerra oferecido a eles, como afirmou Gabriel se, ao fim e ao cabo, estavam disponibilizando a maior parte dos recursos indispensáveis para empreender os ataques; ou tão somente por falar o idioma guarani, afinal, os intermediários indígenas também podiam falar português e espanhol. Atitudes e posturas de respeito eram recomendadas pelas autoridades coloniais em situações como aquelas. Quando foi conveniente, Maneco, Canto e Gabriel procuraram seguir essas ordens e praticá-las. Os três conheciam o modo de vida dos indígenas, afinal, eram mestiços biológicos e culturais. Devido à sua mobilidade social, manejo de línguas e conhecimento de códigos culturais, atuaram como intermediários, assim como os indígenas que participaram das negociações para a capitulação. Tais habilidades foram prontamente reconhecidas e utilizadas por indígenas e por representantes do governo, como vimos.

O uso dos bens indígenas foi indispensável ao sucesso da campanha, mas isso não é tudo. As atuações da gente missioneira definiram o rumo dos acontecimentos tanto quanto, ou mais, do que a atuação daqueles que foram, durante muito tempo, considerados os heróis da conquista de 1801. O que os indígenas fizeram? Como fizeram? Por que fizeram? O que viram? O que sabiam? Longe de



resolver essas questões, os dados e hipóteses aqui expostos trazem à tona elementos que possibilitam uma leitura mais crítica e ampliada sobre as iniciativas indígenas.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

BROWN, J. S. H.; VIBERT, E. Reading Beyond Words: contexts for Native American History. Canada: Broadview Press Ltd, 2003.

BURD, R. Das “injustiças que nos a hecho los españoles” a “basalios de la Reyna de Portugal”: reduções orientais na virada do século XVIII para o XIX. Tese (Doutorado). PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CAMARGO, F. O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001.

CESAR, G. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto alegre: Editora Globo, 1970.

DOCCA, S. História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.

GARCIA, E. F. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

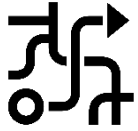
_____. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. Revista Tempo. Dossiê “Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas”. Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

_____. A conquista das missões de 1801: história e historiografia em perspectiva indígena. In: KUHN, F; NEUMANN, E. (Org.). História do Extremo Sul: a formação da fronteira meridional da América. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FONTELLA, L. G. “Isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco”: a incorporação das Sete Missões guaraníticas ao império português num contexto de cultura de contato (1801). Acervo, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1–26, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1653>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MENZ, M. A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense. Dissertação (Mestrado). PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2001.

MONTEIRO, J. M. Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência). IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.



NEUMANN, E. Letra de Índios. Cultura Escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhandutí Editora, 2015.

PINHEIRO, J. F. F. Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

QUARLERI, L. Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RANZAN, A. C. O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções jesuíticas do Paraguai (1768-1801). Dissertação (Mestrado). PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, M. R. P. Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Dissertação (Mestrado) - PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, C. M. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SARREAL, J. The Guaraní and their missions: a socioeconomic history. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SILVEIRA, H. J. V. da. As missões orientais e seus antigos domínios. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909].

TORRES, L. H. Historiografia missioneira no Rio Grande do Sul (1960-1975). In: FLORES, M. (Org.). Negros e Índios Literatura e História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

VELLINHO, M. Capitania d'El -Rei: Aspectos polêmicos da formação Rio-grandense. Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.

WILDE, G. Religión y poder en las misiones de guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009.

Recebido em: 19/03/2026

Aprovado em: 09/06/2026